



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1863101 - MT (2020/0043198-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : MARCOS ANTÔNIO DE ALMEIDA RIBEIRO - MT005308A
VITORIA NASCIMENTO MOLINA - MT024570
RECORRIDO : LAURA CRISTINA PAIVA TERROSO
RECORRIDO : DANIEL DE SOUSA TERROSO
RECORRIDO : POTY INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO BRADESCO S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro cuja ementa é a seguinte:

APELAÇÃO – EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE TÍTULO DE CRÉDITO – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA RECONHECIDA PELA SENTENÇA IMPUGNADA – DECURSO DE MAIS DO QUE OS 03 ANOS DO PRAZO RESERVADO AO EXERCÍCIO DA PRETENSÃO EXECUTIVA SEM QUE TENHA OCORRIDO A CITAÇÃO – CULPA DO JUDICIÁRIO NÃO VERIFICADA – APELAÇÃO DESPROVIDA – SENTENÇA MANTIDA. Verificado o decurso do prazo de 03 anos reservado a prescrição material, sem que sequer tenha ocorrido a citação dos executados, é caso de manter a prescrição material reconhecida pela sentença.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 206-214, e-STJ).

Nas razões do apelo extremo (fls. 216-240, e-STJ), o insurgente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 487, parágrafo único; e 1.022, inciso II, do CPC/2015; Sustenta, em síntese: 1) ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas nos embargos de declaração; e 2) a necessidade de intimação do banco recorrente para se manifestar nos autos antes do pronunciamento da prescrição.

Sem contrarrazões.

O recurso foi admitido pela decisão de fls. 256-257, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

1. De início, argúi o recorrente afronta ao art. 1.022, inciso II, do CPC/2015, sob a alegação de que a Corte de origem deixou de se manifestar expressamente quanto a ausência de inércia injustificada do recorrente no feito, uma vez que o mesmo a todo momento deu o regular prosseguimento à demanda no intuito de formalizar a citação dos devedores, cuja demora decorreu dos mecanismos do judiciário e em razão do acúmulo processual, o que impossibilita o pronunciamento da prescrição nos termos

da Súmula 106 do STJ.

Assiste razão à parte recorrente no ponto em que sustenta violação do art. 1.022, inciso II, do CPC/2015, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 184-191 e 206-214), em cotejo com a apelação (e-STJ, fls. 155-171) e com os embargos de declaração (e-STJ, fls. 193-202), revela que houve omissão no acórdão recorrido quanto à configuração de inércia injustificada do credor em dar o regular prosseguimento à demanda no intuito de formalizar a citação dos devedores.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* mantém-se em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada a agressão ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015 da legislação processual, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios sejam sanados.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. DEPÓSITO. LEVANTAMENTO. DECADÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1022 DO CPC/2015. CONFIGURAÇÃO. NECESSÁRIO RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA QUE SE MANIFESTE SOBRE A ÍNTEGRA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que a omissão quanto a tópico relevante para a solução da controvérsia, suscitado em momento oportuno, torna intransponível o óbice para o conhecimento do tema na via estrita do especial, visto que, ainda que se trate de matéria de ordem pública, a ausência de prequestionamento da tese inviabiliza a análise desta Corte.

2. Agravo interno provido.

(AglInt no REsp 1.718.459/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/6/2019, DJe 18/6/2019)

2. Do exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em sede declaratória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator